

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

4 REFÚGIOS

NÚMERO 4, 2018
3.ª SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

O ESPAÇO-TEMPO
DO REFÚGIO FORÇADO:
OS ALDEAMENTOS COLONIAIS
NA FORMAÇÃO DO ESTADO?

*The space-time of forced refuge:
colonial villagization in the
formation of the state?*

TIAGO CASTELA

tcastela@ces.uc.pt

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-4_1

Recebido em setembro de 2017

Aprovado em dezembro de 2017

Biblos. Número 4, 2018 • 3.^a Série

pp. 13-30

RESUMO.

Em tempos de uma suposta crise de refugiados, é urgente uma genealogia das actuais concepções de refúgio na Europa, examinando como articulam uma racionalidade colonial, elidindo os persistentes circuitos desiguais de trabalho e subjectividade entre estados europeus e territórios historicamente ocupados. O artigo defende que os estudos do ambiente construído podem contribuir para este projecto devido à sua atenção às dimensões do espaço-tempo social de refúgio, relacionando política, desigualdade, e fantasia. Recorda o aldeamento colonial europeu de meados do século passado enquanto espaço de deslocamento forçado que ensaia a relação do estado com o sujeito refugiado, concentrando-se numa revisão da literatura existente sobre o programa de aldeamento colonial português em Moçambique.

Palavras-chave: Refúgio; Europa; Estado; Colonialismo; Aldeamento.

ABSTRACT.

In times of a purported refugee crisis, it is urgent to undertake a genealogy of present-day conceptions of refuge in Europe, examining how the latter articulate a colonial rationality, eliding the persistent unequal circuits of labour and subjectivity between European states and erstwhile occupied territories. The paper defends that built environment studies can contribute to this project due to their attention to the dimensions of the social space-time of refuge, relating politics, inequality, and phantasy. It recalls European colonial villagization in the mid-Twentieth-Century as a space of forced displacement that rehearses the relation of the state with the refugee subject, focusing on a revision of the extant literature on the Portuguese colonial villagization program in Mozambique.

Keywords: Refuge; Europe; State; Colonialism; Villagization.

INTRODUÇÃO

Há mais de quatro décadas, o crítico de arte inglês John Berger publicou o seu livro *The Seventh Man*, argumentando que o modo como os aparelhos estatais governavam a circulação de migrantes dos estados da bacia do Mediterrâneo para o Noroeste Europeu era crucial para o funcionamento dos estados-providência da região (Berger, 1975), e em particular para a articulação desigual do que mais tarde Ong designaria como “elementos de cidadania” no seio dos estados¹. Para Berger, a constituição dos migrantes como residentes temporários tendencialmente sem direitos contribuía para um entendimento hegemónico da hierarquia de direitos concretos entre os cidadãos formais. Na actualidade, com as transformações nas políticas oficiais de migração decorrentes da adesão da maioria dos países do Sul e do Leste da Europa à União Europeia ao longo das últimas décadas, a migração formal de trabalhadores de baixa remuneração de outras regiões globais é crescentemente ilegalizada, optando frequentemente tais migrantes por travessias informais do Mediterrâneo. Em 2016, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados registou 362 753 chegadas de migrantes por mar a Espanha, Itália e Grécia, estimando-se nesse ano cerca de 5 mil mortos e desaparecidos durante a travessia². Destes migrantes de outras regiões globais, muitos são classificados oficialmente como pessoas “refugiadas”, e apesar de nenhum dos estados da União Europeia acolher tantos refugiados como países materialmente menos privilegiados, sendo

¹ Evoca-se aqui a distinção que a antropóloga Aihwa Ong faz entre a cidadania formal e os “elementos de cidadania” (Ong, 2006: 16). Por exemplo, num comentário sobre a indústria informática no Norte da Califórnia, Ong nota que “trabalhadores que são tecnicamente cidadãos americanos [sic] podem não ter direitos básicos porque a sua categoria laboral e localização determinam as suas condições de existência, em vez da cidadania formal. Em contraste, empreendedores transnacionais frequentemente têm direitos e privilégios que não dependem do seu estatuto formal de cidadania” (p. 134). Todas as citações de textos em língua não portuguesa são traduzidas pelo autor.

² Disponível em linha, consultado a 08-08-2017, <http://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean>

o caso da Turquia, do Paquistão, do Líbano ou do Irão³, em muitos estados europeus os discursos integralistas ou liberais dominantes concentram-se na ideia de um suposto excesso de refugiados de outras regiões globais. Tais discursos negligenciam formas de evitar a morte de migrantes, rearticulando em vez disso hierarquias de privilégio legalmente justificadas, e em particular de acesso ao refúgio. Por exemplo, recentemente um jornal de referência alemão noticiou que o ex-presidente federal Joachim Gauck, um activista anti-comunista na extinta República Democrática Alemã, havia afirmado publicamente num discurso sobre os supostos falhanços da “política de integração” de migrantes de outras regiões globais na Alemanha que

quem imagina, quase como representante imaginário de uma cidadania global uma eliminação de todas as fronteiras dos estados nacionais, sobrecarrega não apenas as possibilidades materiais, territoriais, e sociais de cada estado, mas também as possibilidades emocionais dos seus cidadãos.⁴

Este artigo sugere que é crucial para as ciências sociais e as humanidades investigarem a formação contingente e situada da ideia de refúgio nos estados europeus, nomeadamente examinando como as actuais concepções de refúgio articulam uma racionalidade de governo colonial, paradoxalmente ao negligenciarem os persistentes circuitos desiguais de capital, trabalho e subjectividade entre estados europeus e territórios historicamente ocupados noutras regiões globais. O artigo defende que os estudos do ambiente construído podem contribuir para este projecto devido à sua atenção às dimensões do espaço-tempo social de refúgio.

A primeira parte do artigo aborda brevemente três formas de estudar o refúgio nesse campo de estudos. Muitos teóricos e historiadores de arquitectura entendem o refúgio enquanto o espaço de habitação dos refugiados, atentando

³ Estes são os 4 estados que alojavam cerca de um milhão de refugiados ou mais em meados de 2016, sem incluir os refugiados palestinianos em Israel e nos estados limítrofes (UNHCR, 2017: 6).

⁴ “Gauck warnt vor Multikulturalismus” [“Gauck avisa sobre o multiculturalismo”], *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 03-02-2018: 4.

tanto às formas de violência ou disciplina estatal exercidas sobre os campos de refugiados, como à emergência nos espaços de refugiados de novas práticas de intervenção na política. Já a antropologia urbana tem estado mais atenta ao refúgio enquanto estado de diferença legalizada, assim como de privação de direitos formais e concretos. Finalmente, a tradição fenomenológica concentra-se na experiência vivida do refúgio. Nesta secção conclui-se que a investigação sobre a formação da ideia de refúgio pode utilmente relacionar estas três dimensões do espaço tempo-social de refúgio: actante na associação política e fomentador da desigualdade, mas também espaço de fantasia íntima. A segunda parte do artigo recorda o aldeamento colonial europeu de meados do século passado, raramente estudado fora dos estudos militares, enquanto espaço de deslocamento forçado no qual se ensaia a relação do estado contemporâneo com o sujeito refugiado, apesar de o tipo de ambiente construído — o campo — nem sempre ser empregue na actualidade por estados na região europeia. A terceira e última parte revê brevemente a escassa literatura existente sobre o programa de aldeamento colonial num dos territórios ocupados por Portugal em África até 1975, Moçambique.

O ESPAÇO-TEMPO DO REFÚGIO NOS ESTUDOS DO AMBIENTE CONSTRUÍDO: POLÍTICA, DESIGUALDADE E FANTASIA

Discutir os “campos” como sítios de “vida nua” e “excepção” que se transformam nos espaços da cidade não é apenas incorrecto, mas também nega a possibilidade de articular tais novas políticas nas margens (Sanyal, 2014: 570)

Se os refugiados ... representam um elemento tão inquietante na ordem do estado-nação moderno, isto é acima de tudo porque ao quebrarem a continuidade entre homem [sic] e cidadão, *naturalidade* e *nacionalidade*, colocam em crise a ficção original da soberania moderna (Agamben, [1995] 1998: 77; ênfase no original)

A casa abriga a fantasia [rêverie no original], a casa protege o sonhador, a casa permite-nos sonhar em paz (Bachelard [1957], 1961: 26)

Os estudos do ambiente construído, tal como as perspectivas filosóficas sobre o espaço compreendido enquanto espaço-tempo social, sugerem três formas diferentes de entender o termo “refúgio”: a investigação arquitectónica tem-se concentrado no espaço onde habitam pessoas classificadas como “refugiadas”; os estudos antropológicos da cidade examinam um estado de diferença legalizada ou carência de direitos; e a tradição fenomenológica inspirada pela obra de Bachelard, que proponho recuperar para este debate, explora a experiência vivida do espaço habitado.

A investigação em arquitectura mais recente em língua inglesa tem produzido uma abundante literatura sobre os espaços de habitação de sujeitos “refugiados”, ou seja, de pessoas que abandonaram as suas habitações e povoações para fugir de violência armada, frequentemente deixando o território do seu estado⁵, e sendo alojados nos chamados “campos de refugiados”. Este termo designa um ambiente construído separado da cidade envolvente ou adjacente, ou mesmo completamente destacado de povoações, onde frequentemente “existe algum grau de limitação sobre os direitos e liberdades dos refugiados e sobre a sua capacidade de fazer escolhas significativas sobre a sua vida” (UNHCR, 2014: 4). Esta literatura é baseada fundamentalmente em investigação na Ásia ocidental e meridional, em estados como o Irão, a Índia, Israel e a Palestina ocupada.

Muita da literatura no virar do século que abordava espaços de sujeitos refugiados concentrava-se no enquadramento das suas práticas de habitação, comércio e sociabilidade pública no âmbito mais amplo da produção informal de espaços urbanos. Esta literatura herdava o conceito do “informal” da economia política do desenvolvimento, procurando avançar para além de um

⁵ Note-se que as organizações das Nações Unidas apenas designam como “refugiados” os fugitivos que deixaram o seu próprio estado. Os que não deixaram são classificados como “deslocados internos”. Como é evidente, estas categorias são formadas de um modo contingente e a distinção formal entre refugiados e migrantes não corresponde a uma distinção inequívoca entre dois domínios de trajectórias concretas, como Black (2003) há muito notou. Aliás, “as estratégias activas empregues por migrantes e refugiados ao responderem aos quadros legais existentes pode contribuir para reinterpretções da lei, possibilitando a sua participação na formação de definições e categorizações” (p. 47).

entendimento estrito da informalidade enquanto efeito do modo capitalista de produção da cidade num globo de circuitos desiguais, propondo uma atenção ao papel dos espaços “informais” — incluindo a contribuição de refugiados — na formação contingente e situada do estado revolucionário no Irão (Bayat, 2004) ou do aparelho estatal na Bengala pós-colonial (Roy, 2004).

Posteriormente, a literatura concentra-se em estudos mais atentos à produção dos espaços de “refugiados” em si, nas suas várias dimensões. No influente *Hollow Land* (ou seja, *Terra Oca*), publicado em 2007, o arquitecto israelita Eyal Weizman aborda as intervenções de planeamento de militares israelitas em campos de refugiados palestinianos em Gaza como Jebalya, no início dos anos 70 do século passado, com o objectivo de “fisicamente transformar e redesenhar o ‘habitat do terror’ cujo centro estava nos campos de refugiados” (Weizman, [2007] 2017: 70). Weizman nota também as práticas de destruição parcial de paredes de habitações para permitir a movimentação de soldados israelitas no quadro de combates no interior de campos como o de Balata, já no início deste século (p. 192). Esta é uma abordagem crítica, mas que se limita a examinar as representações especialistas do espaço-tempo do campo produzidas no aparelho estatal de Israel, negligenciando tanto as práticas quotidianas nos campos, como a rica geografia afectiva que constantemente tais práticas produzem e reproduzem — capturada de forma magistral pelo jornalista estado-unidense de origem maltesa Joe Sacco. Publicada no início do século, a sua narrativa gráfica *Palestine* recorda o espaço-tempo social da primeira “Intifada” de 1987 a 1992 (Sacco, 2001). Na introdução de Edward Said, este insiste no modo como o formato da banda desenhada de Sacco “proporciona aos leitores uma estadia suficientemente longa entre um povo” (Said, 2001: v).

Por outro lado, a metodologia de Weizman, ao basear-se numa genealogia rigorosa das práticas espaciais do aparelho militar israelita, tende a favorecer imaginações no Atlântico Norte do sujeito palestiniano como um ente indefeso perante a violência do planeamento e do exército do estado de Israel. Em contraste, um estudo posterior da historiadora israelita Yael Allweil explora a diversidade de ambientes construídos palestinianos em Israel, fora dos campos oficialmente definidos em Gaza e na Cisjordânia, no quadro de uma política

de “Summud”, ou seja, o termo árabe que denota a resistência a ser afastado (Allweil, 2017: 195).

Mais recentemente, a investigadora em arquitetura indiana Romola Sanyal (2014), tal como a historiadora turca Ipek Tureli (2013), criticam o abundante trabalho de cariz mais abstracto inspirado pelo livro *Homo Sacer*, de Agamben ([1995] 1998)⁶, e pela sua proposta do “campo como o novo ‘nomos’ biopolítico do planeta” (p. 99). Ambas as autoras discutem a emergência nos espaços de refugiados de novas práticas de intervenção na política. Em particular, Sanyal baseia-se em trabalho de campo realizado em Calcutá e em Beirute para argumentar que “a identidade refugiada e os seus espaços emergem para defender novas políticas através das brechas no sistema” (Sanyal, 2014: 569).

Já os estudos antropológicos da cidade examinam o refúgio enquanto estado de diferença legalizada, em vez de se concentrarem nos campos de refugiados, como no estudo de Ong sobre a experiência vivida de refugiados do Camboja na Califórnia (Ong, 2003). Num trabalho mais recente, Ong reconhece o valor do conceito de “vida nua” de Agamben, já que este “procura uma política que não esteja fundada na fractura biopolítica ou na oscilação entre os dois pólos de inclusão e exclusão” (Ong, 2007: 197). No entanto, nota que

uma conceptualização temporal da política da excepção reconheceria que o sistema estatal interage com outros regimes éticos que também operam ao longo de um contínuo de inclusão e exclusão, mas sem uma correspondência com a mesma divisão entre cidadãos e a vida nua. (Ong, 2007: 197)

Outros antropólogos que não têm estudado o espaço-tempo social do refúgio, mas antes a produção informal de espaços urbanos, mostram como a privação parcial de direitos concretos não afecta apenas sujeitos refugiados, mas também os cidadãos de baixa remuneração, contestando afirmações como as de Gauck, mencionada na introdução, que assumem a existência de uma

⁶ Não é de todo o caso do estudo de Weizman, apesar de este inevitavelmente se referir a Agamben.

cidadania nacional no quadro europeu, partilhando um conjunto de valores e interesses que distingue radicalmente tal grupo humano dos migrantes de outras associações políticas, em particular das situadas noutras regiões globais. Como Holston argumenta no seu estudo de São Paulo,

o que distingue muitas cidadanias modernas [...] é precisamente esta intenção: utilizar uma política de diferenças legalizadas para reduzir as vidas da vasta maioria dos seus cidadãos à persistente desigualdade e miséria. Se estes cidadãos, assim reduzidos, retêm a sua dignidade pessoal, o seu riso e a sua música é certamente uma demonstração da resiliência humana. Mas é também uma estratégia de governo. (Holston, 2008: 312)

Apesar de a investigação arquitectónica e antropológica mais recente se concentrar na experiência vivida dos refugiados, em campos ou enquanto sujeitos excluídos da cidadania formal, é necessário, para uma compreensão do espaço-tempo social do refúgio, recuperar a tradição fenomenológica inspirada em Bachelard. Tal tradição não se baseia necessariamente num estudo de práticas espaciais situadas, mas antes numa interrogação da percepção do sujeito humano, na actualidade tendo em conta os efeitos de categorias de diferença como a posição na divisão laboral ou o desempenho de género. Para Bachelard, o refúgio caracteriza-se pela possibilidade de sonhar acordado. Apesar de para Bachelard ou Lefebvre a extensão urbana de meados do século passado implicar que “a Casa tem uma realidade meramente histórico-poética enraizada no folclore” (Lefebvre [1974], 1991: 120), é possível na actualidade reconhecer que, na experiência vivida, a casa enquanto refúgio potenciador da fantasia não corresponde necessariamente a um ambiente construído específico — mesmo que a habitação unifamiliar destacada e perene possa ser em si um elemento da fantasia. O espaço do refúgio, independentemente da sua materialidade frequentemente frágil e temporária, pode assim ser também potenciador do onirismo, bem como de práticas espaciais próximas à “obra de arte” (p. 166), que Lefebvre frequentemente contrasta com a produção industrial do espaço enquanto mercadoria transaccionável. Ou seja, ao estudarmos o espaço do refúgio, não basta estarmos atentos à sua natureza actante, e consequentemente ao seu potencial de transformação dos processos de

deliberação política, ou das relações de poder desiguais, mas é também necessário recuperar o refúgio enquanto registo de alegrias e tristezas íntimas e colectivas na trajectória para uma vida diferente. A investigação sobre a formação da ideia de refúgio pode utilmente relacionar as três dimensões do espaço tempo-social de refúgio: actante na associação política e fomentador da desigualdade, mas também espaço de fantasia íntima.

O ALDEAMENTO COLONIAL EUROPEU COMO ESPAÇO DE DESLOCAMENTO FORÇADO

O último ponto na implementação de qualquer programa social era separar a população das guerrilhas para que as últimas fossem privadas do seu apoio logístico e político. (Cann, 1997: 144)

Em muitos estados do Atlântico Norte, a actual tendência para a pós-democracia — ou seja, de um processo de deliberação propriamente política erodido pelo “espectáculo do jogo eleitoral” (Crouch, 2004: 4) — tem inspirado trabalho teórico inovador sobre a necessidade do conflito político e da limitação do governo técnico para a associação política democrática (Mouffe, 2005; Rancière, [2005] 2006). No entanto, apesar de alguns autores como Swyngedouw articularem a teoria crítica do espaço inspirada pelo influente trabalho de Lefebvre ([1970] 2001; [1974] 2003), esta escola de pensamento raramente toma em conta a dimensão arquitectónica e urbanística do espaço-tempo social ou a herança da colonialidade espacial na formação estatal. Este texto sugere que uma história da produção do espaço-tempo social colonial pode contribuir para uma teorização do estado enquanto associação política, ao permitir uma interrogação das exclusões discursivas e materiais inerentes às ideias actuais sobre o que é uma política pública, nomeadamente no campo da habitação. Neste quadro, o texto nota a falta de atenção ao aldeamento colonial europeu, ou seja, o deslocamento forçado de camponeses para campos concedidos pelo aparelho estatal. Esta falta é particularmente notável nos estudos da política da habitação ou na história da arquitectura.

Existe uma rica literatura sobre os processos de aldeamento após a independência política (Scott, 1998), usualmente parte de projectos de desenvolvimento socialistas que privilegiavam a transformação do espaço-tempo da produção agrícola, em vez do crescimento urbano e industrial. No entanto, com a excepção dos estudos militares (Cann, 1997; Garcia, 2010), pouco se sabe sobre as formas de aldeamento empregues por estados coloniais do Atlântico Norte como o Reino Unido, os Estados Unidos da América ou Portugal, para a luta armada contra movimentos de libertação em países como a Malásia, o Vietname, o Zimbabwe ou Moçambique. Consequentemente, desconhece-se o modo como a formação estatal no Atlântico Norte foi parcialmente condicionada por práticas como o aldeamento, e, em todo o caso, a investigação sobre o ambiente construído de aldeamentos coloniais ou pós-independência é rara.

Investigação futura sobre os aldeamentos coloniais europeus enquanto espaço de deslocamento forçado poderia relacionar três escalas do espaço-tempo social dos programas: as conexões das formas de aldeamento de guerra na África ou na Ásia com programas de habitação e práticas estatais na Europa; os modos como se alude à “tradição” situada nos projectos de arquitectura dos aldeamentos, em contraste com o planeamento; e a violenta experiência vivida do aldeamento. As concepções da política que se centram na divisão, apesar de desafiarem o domínio da especialidade técnica no governo dos estados do Atlântico Norte, ainda não consideram a história de formação estatal caracterizada por espacialidades violentamente impostas. O modo português de fazer o aldeamento é particularmente relevante para a teoria política porque é fundado precisamente numa valorização explícita da divisão desigual (Castela, 2010).

ALDEAMENTOS COLONIAIS EM MOÇAMBIQUE, 1966-1975: “DAVAM SENHA PARA SAIR”

Uma jovem senhora de Mavonde que viveu em aldeamento colonial conta: — Vivi nesse aldeamento antes da independência. Toda a gente do regulado Nhamdiro. Não havia arame, só patrulha, davam senha para sair.

Estivémos [sic] menos de um ano. Não chegámos [sic] de fazer machamba. Logo acabou aldeamento. Depois fomos para “musha” [território familiar] no mesmo regulado. Outra “musha”, outra machamba. Alguém tinha destruído as casas da “musha” antiga. (Raposo, 1991: 10)

Apesar da importância do início da construção dos Planos Integrados e das contemporâneas intervenções de reordenamento e introdução de infra-estruturas em bairros “clandestinos”, é indubitável que a intervenção habitacional do estado português que afectou uma população quantitativamente mais relevante durante a ditadura de Caetano sucede não em Portugal, mas nos territórios ocupados na Guiné, Angola e Moçambique, sendo dirigida a camponeses e não a cidadãos, e sendo dirigida pelo Exército sem qualquer intervenção do Fundo do Fomento da Habitação: trata-se do programa de aldeamentos.

O programa português de aldeamentos coloniais tem início entre 1961 e 1964 no norte de Angola, com a construção de 150 aldeamentos. Em 1966 são construídos os primeiros aldeamentos em Moçambique e no final da década intensifica-se a produção de aldeamentos de realojamento em Tete. A partir de 1969 existe um programa de “reordenamento rural” na Guiné, sendo 8 313 casas construídas pelo Exército.

É em Angola e Moçambique que o programa atinge dimensões impressionantes, quantitativamente muito mais relevantes que qualquer investimento directo estatal em Portugal continental: em 1974 haviam sido construídos cerca de 3 000 aldeamentos em Angola, alojando mais de um milhão de camponeses. Em Moçambique, o número era apenas de 953 aldeamentos, mas sendo a dimensão média das unidades superior, o programa realojou à força quase um milhão de camponeses (Coelho, 1989; Cann, 1997). O programa era publicamente defendido em Portugal pela imprensa, e também pela Igreja Católica em Moçambique, o que pode mostrar que entre as classes privilegiadas portuguesas existiria algum desconforto. No Verão de 1973, uma reportagem do jornalista Augusto de Carvalho, publicada na revista do então novo semanário de referência Expresso, citava Costa Pereira, “chefe do departamento de promoção social de toda a zona de actuação do GPZ”, ou seja, do Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze, num momento em que a

população “aldeada” apenas em Tete seria cerca de um terço da população do distrito: “É necessário criar condições de vida a toda esta gente, fazendo-lhes aldeias devidamente apetrechadas, com as infra-estruturas que lhes permitam sair do tradicionalismo em que viviam” (Pereira, 1973). Já no início de 1974, face às denúncias da imprensa britânica, o bispo de João Belo (actual Xai-Xai) afirmava: “Quem quer que chame campo de concentração a um aldeamento de Moçambique, por certo nunca visitou um desses aldeamentos” (Ribeiro, 1974). Segundo o repórter, acrescentava que

mesmo em situação de paz, congregar populações parece-lhe necessário, para maiores facilidades de educação, de assistência, e até de comércio [...]. Acentua ainda que não se deve aldear segundo moldes europeus, com preocupações de rua alcatroada e outros ‘bonitinhos’.

Como Borges Coelho há muito argumentou, tanto o “reordenamento populacional” como o “discurso de desenvolvimento” que estes artigos de imprensa difundem só se podem compreender como parte de uma concepção de defesa da ocupação portuguesa perante a luta pela libertação: “Sendo essencialmente uma estratégia de defesa, o aldeamento é apresentado à população com um discurso de desenvolvimento” (Coelho, 1989: 39). De facto, como Cann nota e já foi mencionado, este programa assemelhava-se a operações de guerra de outros estados do Atlântico Norte no quadro da tentativa de evitar a independência política no Sul global: da França na Argélia, do Reino Unido na Malásia e dos EUA no Vietname do Sul. Também o regime de Ian Smith na Rodésia, aliado de Portugal e da África do Sul no esforço para manter a supremacia branca na África meridional, recorreu a um semelhante programa de realojamento forçado (Weinrich, 1977). Cann recorda também como em cada aldeamento o Exército criou milícias armadas para auto-defesa, tendo destacado a “insegurança social e psicológica” dos camponeses obrigados a deixarem as suas habitações (Cann, 1997: 163).

Formalmente, os aldeamentos eram caracterizados por uma espacialidade comum em campos militares, estando usualmente localizados em clareiras de onde toda a vegetação havia sido retirada, criando-se um grande perímetro

facilmente controlável em redor das construções. Por outro lado, nenhum dos espaços exteriores em redor das unidades habitacionais — pavilhões uniformes e regularmente dispostos — era encerrado de modo a albergar práticas de extensão do espaço interior. Finalmente, os pavilhões localizavam-se em redor de um amplo espaço central longitudinal, provavelmente para permitir a aterragem de aviões de pequeno porte e helicópteros no interior do aldeamento. É notável o contraste com a ordem espacial da “musha”, sendo o ordenamento dos aldeamentos acima de tudo inspirado pelo campo de concentração planeado: apesar da ausência de camaratas no caso dos aldeamentos, tendo-se optado pela construção de habitações unifamiliares destacadas e padronizadas, tal como nos campos o ambiente construído procura “homogeneizar a população e obliterar as distinções sociais pré-existentes” (Kostof, 1991: 167). Já na “musha” a habitação é dispersa num território amplo, como se regista no estudo de Isabel Raposo em Manica já citado:

Sr. Capingua, enquadrador agrícola de Chigodole diz: — Havia mato entre residentes. De residência a cada residência 500m ou 1Km. As machambas ficavam ao pé da residência. Territórios familiares 10ha: para filha com genro, para filho com nora, para hóspede. Se é familiar é distância máxima 500m. Se não é familiar é 1Km ou 2 Km. Todos tinham sistema de ficar em comum. (Raposo, 1991: 2)

Em Tete, a norte de Manica, tal contraste entre as práticas dos camponeses e o projecto estatal levou ao abandono de muitos aldeamentos, tendo-se registado “casos de fome” (Garcia, 2010: 97). É portanto essencial uma visão diacrónica do programa, de modo a compreender que os camponeses deslocados à força frequentemente optaram por deixar o espaço de refúgio concebido pelo aparelho estatal. É necessária nova investigação para um conhecimento mais aprofundado da arquitectura dos aldeamentos promovidos pelo Exército português.

EPÍLOGO: CRISE OU COLONIALIDADE?

No espaço do aldeamento colonial o aparelho estatal ambicionava explicitamente operar uma transformação benevolente de subjectividades através de novos serviços

colectivos que estruturavam a vida quotidiana, assim como da perturbação das posições no campo social, facilitada pelas unidades de habitação homogêneas, ao mesmo tempo que se exercia um controle limitador das escolhas individuais e colectivas. Evidentemente, o objectivo central da operação de deslocamento forçado no caso dos aldeamentos coloniais ingleses, franceses e portugueses era o combate à autonomização política e económica de territórios ocupados. Na actualidade, em campos como o de Moria, na Grécia, tais técnicas ensaiadas no passado em territórios ocupados por outros países europeus são de facto empregues para gerir migrantes num estado supostamente temporário de privação de direitos formais e concretos, mesmo que o objectivo explícito dos aparelhos estatais europeus seja “mostrar solidariedade em casa e no estrangeiro” (European Commission, 2017: 4). Poder-se-á argumentar que o objectivo implícito é desencorajar a migração de trabalhadores de baixa remuneração a partir de outras regiões globais, através da tolerância temporária de campos com condições materiais incíveis⁷. É difícil sustentar que esta é uma especificidade de determinados aparelhos estatais nacionais, tendo em conta a existência de campos como o de Calais em França (Evans, 2017), recentemente demolido. Não será também lícito argumentar que se trata de técnicas de crise, considerando os relatos jornalísticos de 2009 de práticas semelhantes em Malta (Sacco [2010], 2012), ou mesmo a experiência vivida dos chamados *bidonvilles* dos anos 60 do século passado em Paris (Maffre, 2012). Urge fazer investigação para compreender a racionalidade colonial inerente à longa história do espaço-tempo do refúgio forçado na formação dos estados europeus, mas também o refúgio como potencial fonte de inventividade política e de fantasia.

BIBLIOGRAFIA

Agamben, Giorgio (1998 [1995]). *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Trad. Daniel Heller-Roazen. Stanford, California: Stanford University Press.

⁷ ‘Welcome to prison’: winter hits in one of Greece’s worst refugee camps, *The Guardian*, 22-12-2017, consultado a 22-12-2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/dec/22/this-isnt-europe-life-greece-worst-refugee-camps>

- Allweil, Yael (2017). *Homeland: Zionism as Housing Regime, 1860-2011*. Abingdon: Routledge.
- Bachelard, Gaston ([1957] 1961). *La poétique de l'espace*. Paris: Les Presses Universitaires de France.
- Bayat, Asef (2004). Globalization and the politics of the informals in the global South. In Ananya Roy; Nezar AlSayyad (Ed.), *Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia* (79-102). Lanham, Maryland: Lexington Books.
- Berger, John (1975). The seventh man. *Race and Class*, 16 (3), 251-257.
- Black, Richard (2003). Breaking the convention: Researching the 'illegal' migration of refugees to Europe. *Antipode*, 35 (1), 34-54.
- Cann, John (1997). *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961-1974*. Westport, Connecticut: Greenwood Press.
- Castela, Tiago (2010). Imperial garden: Planning practices and the utopia of luso- tropicalism in Portugal/Mozambique, 1945-1975. *Traditional Dwellings and Settlements Working Paper Series: Architecture, Tradition, and the Utopia of the Nation-State*. Berkeley, California: IASTE, 75-98.
- Coelho, João Paulo Borges (1989). *O início da luta armada em Tete, 1968-1969: A primeira fase da guerra e a reacção colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique e Universidade Eduardo Mondlane.
- Evans, Kate (2017). *Threads from the Refugee Crisis*. London: Verso.
- European Commission (2017). *The EU and the Migration Crisis*. Bruxelles: Publications Office of the European Union, NA-04-17-265-EN-N, consultado a 06-11-2017 <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/e9465e4f-b2e4-11e7-837e-01aa75ed71a1/language-en>
- Garcia, Fernando (2010). *A Guerra de Moçambique: 1964-1974*. Matosinhos: QuidNovi.
- Holston, James (2008). *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
- Kostof, Spiro (1991). *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. London: Thames & Hudson.
- Lefebvre, Henri ([1970] 2003). *The Urban Revolution*. Trad. Robert Bononno. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press.
- Lefebvre, Henri ([1974] 1991). *The Production of Space*. Trad. Donald Nicholson-Smith. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishing.
- Maffre, Laurent (2012). *Demain, demain: Nanterre, bidonville de la folie, 1962-1966*. Arles: Actes Sud/ ARTE Éditions.

- Mouffe, Chantal (2005). *On the Political*. Abingdon: Routledge.
- Ong, Aihwa (2003). *Buddha is Hiding: Refugees, Citizenship, the New America*. Berkeley, California: University of California Press.
- Ong, Aihwa (2006). *Neoliberalism as Exception: Mutations in Citizenship and Sovereignty*. Durham, Nort Caroline: Duke University Press.
- Pereira, Costa (28-07-1973). In Augusto Carvalho, Guerra em Moçambique. *Expresso. Revista*, 13-14.
- Rancière, Jacques ([2005] 2006). *Hatred of Democracy*. Trad. Steve Corcoran. London: Verso.
- Raposo, Isabel (1991). *O viver de hoje e de ontem, aldeia e musha: Documento de trabalho*. Maputo: Instituto Nacional de Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane.
- Ribeiro, Félix Niza (05-01-1974). Em Zona de Guerra o Aldeamento Tornou-se Imprescindível. *Diário de Notícias*, 7.
- Roy, Ananya (2004). The gentleman's city: Urban informality in the Calcutta of new communism. In Ananya Roy; AlSayyad (Ed.), *Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia* (147-170). Lanham, Maryland: Lexington Books.
- Sacco, Joe (2001). *Palestine*. Seattle, Washington: Fantagraphics Books.
- Sacco, Joe ([2010] 2012). *The unwanted. Journalism*. London: Jonathan Cape.
- Said, Edward (2001). Introduction: Homage to Joe Sacco. In Joe Sacco, *Palestine*. Seattle, Washington: Fantagraphics Books.
- Sanyal, Romola (2014). Urbanizing refuge: Interrogating spaces of displacement. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38 (2), 558-572.
- Scott, James (1998). *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven, Connecticut: Yale University Press.
- Tureli, Ipek (2013). 'Small architectures', walking and camping in Middle Eastern cities. *International Journal of Islamic Architecture*, 2 (1), 5-38.
- UNHCR: ver United Nations High Commissioner for Refugees.
- United Nations High Commissioner for Refugees (2014). *UNHCR Policy on Alternatives to Camps*, 22-07-2014, consultado a 30-08-2017, UNHCR/HCP/2014/9, <http://www.refworld.org/docid/5423ded84.html>
- United Nations High Commissioner for Refugees (2017). *Mid-Year Trends 2016*, 17-08-2017, consultado a 30-08-2017, <http://www.refworld.org/docid/58b594cb4.html>
- Weinrich, Anna (1977). Strategic resettlement in Rhodesia. *Journal of Southern African Studies*, 3 (2), 207-229.

TIAGO CASTELA

Weizman, Eyal ([2007] 2017). *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*. London: Verso.

TEXTO SEGUNDO A ANTIGA ORTOGRAFIA.